

Direito ao património!

José Aguiar | Arquitecto



sucessão de crises que atravessamos tem uma consequência óbvia na conservação: a falência do Estado está a conduzir a uma sistemática privatização do património afectando o direito inalienável, de todos, ao seu usufruto!

Os processos de excessiva privatização que ocorrem e as suas consequências (más) relacionam-se com a entrega da exploração de património nacional a (fortíssimas) empresas que, perante a crise económica (e laxismo do Estado), impõem projectos de autores indiscutíveis, mas que incluem - no brilhantíssimo pacote -, usos e condições programáticas danosas, adaptações que obrigam a intervenções intrusivas e irreversíveis impostas por programas incompatíveis com a conservação dos valores, dos espaços originais.

Existem outras privatizações indirectas danosas, como a apropriação, ou afectação, dos contextos dos lugares históricos, como sucede quando se constrói (por exemplo em Sevilha) uma torre de 50 pisos anulam a primazia territorial de catedrais (e da Giralda), ou com a construção de cinturas contínuas de novas edificações de alto standing, convenientemente orientadas para o interior do Jardim Botânico, alterando a paisagem urbana histórica e colocando-a a seu serviço, sem que se entendam os relevantes contributos públicos e colectivos de tais projectos (mas o interesse privado, pelo contrário, é absurdamente óbvio).

Explodem projectos que não existem para servir a conservação mas sim para se servirem do que foi conservado, que não valorizam o que já tinha um relevante valor antes o reservam para abonados utilizadores, impondo um novo exclusivismo no acesso ao património. E o Estado, o que fez no decorrer deste processo? Literalmente desmontou toda a sua competência de gestão da conservação patrimonial, destruindo estruturas com 70 anos (a DGEMN) para favorecer Institutos

que já tiveram várias falências e outras tantas designações, duplicando burocracias e confundindo competências, criando uma imensa confusão que obscureceu a capacidade de decidir.

Passamos, neste processo, do negativismo sistemático - o chumbo de quase todos os projectos - para o mais absurdo dos positivismos - do "sim" a todos os polémicos projectos em património. Passamos a relevar o atomismo dos interesses particulares e regionais, impondo-os ao superior interesse da nação, comprometendo o que Portugal designou como "monumento nacional" (e, como tal, tesouro ou obra prima da nossa cultura e identidade).

Lembram-se de como, de forma quase pacífica e natural, se propunha a alteração da dominialidade pública para o património (felizmente chumbada), o que alteraria decisivamente a capacidade administrativa do Estado para gerir a afectação do património, podendo levar a processos de alienação para privados de bens de fortíssimo interesse nacional?

Ocorreram-me estas questões depois de, convidado pela Presidência da República, ter podido assistir à inauguração e verificar a extraordinária exemplaridade, a grande qualidade, do projecto de restauro da antiga residência real na Cidadela de Cascais - o agora renascido Palácio ou Residência de Verão da Presidência.

Trata-se de um projecto notável, desenvolvido e controlado com a maior das competências por funcionários e estruturas do Estado, i.e. pelo Arquitecto Pedro Vaz dos serviços técnicos da Presidência que o coordenou, com a colaboração e fiscalização em obra de toda uma série de outros técnicos do Estado (da antiga DGEMN e de outros serviços).

Esta visita deu-me a comparar a exemplaridade deste projecto da Presidência

com outro projecto que se finaliza ali mesmo ao lado, nas alterações que já podemos observar no Forte e na Cidadela de Cascais para acolher uma nova e exclusiva pousada.

A Cidadela, depois da saída dos militares, parecia ser a oportunidade de se devolver à região um extraordinário património arquitectónico, um palácio e algumas belíssimas praças, interessantes aquartelamentos e duas fortificações de diversos tempos. A Cidadela culminava Cascais com um extraordinário percurso patrimonial, que se concluía numa lindíssima escadaria aberta sobre uma das maiores e mais impressionantes baterias de artilharia existentes em Portugal. Um palco aberto sobre o oceano, com todas as potencialidades paisagísticas de um fantástico finisterra, um último degrau fulcral para a cidade e para toda a região, tão fortemente turística. E o que ocupa hoje estes baluartes e esta fantástica e aberta bateria? Um bloco fechado e exclusivo de duas dezenas de quartos privados da futura pousada!

O problema é do projecto de Arquitectura (da autoria de um dos mais qualificados arquitectos portugueses)? Obviamente que não! O problema surgiu, mais uma vez, da aceitação pelos organismos de tutela de um programa incompatível com o fundamental interesse público do uso colectivo desses mesmos espaços (agora exclusivamente privados)!

Enfim, se pelo seu relevante valor, um bem patrimonial é classificado (Monumento Nacional, ou inscrito na exclusiva Lista do Património Mundial da UNESCO), então estamos perante arquitecturas imprescindíveis para o nosso (auto) reconhecimento identitário; deveria ser ao serviço desse superior interesse nacional que outros interesses, ou direitos, se deveriam corajosamente limitar quando colidam com o fundamental direito de acesso e usufruto, de todos, ao seu património ■